

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E
CONSTRUÇÕES – em Recuperação
Judicial**

**Demonstrações Financeiras
Períodos findos em 31 de março de 2016 e
31 de dezembro de 2015**

Conteúdo

Comentário de Desempenho

Balanco Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

**COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONSOLIDADAS EM 31 DE MARÇO DE 2016**

Senhores Acionistas,

A Administração da INEPAR S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial, em observância às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos relevantes do primeiro trimestre de 2016, acompanhados das Demonstrações Financeiras, relativas ao período encerrado em 31 de março de 2016.

PROCESSO GLOBAL DE REESTRUTURAÇÃO

Em 29 de agosto de 2014, a INEPAR S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial ajuizou em conjunto com as demais empresas do Grupo INEPAR, pedido de recuperação judicial nos termos do artigo 51 e seguintes da Lei 11.101/05 (a LFRE).

A despeito dos esforços da administração junto aos credores, clientes e potenciais investidores, o pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da situação de crise econômico-financeira das Companhias.

A medida visou proteger o valor dos ativos das sociedades, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades.

Em 15 de setembro de 2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005, o processamento do pedido de recuperação

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

**COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONSOLIDADAS EM 31 DE MARÇO DE 2016**

judicial ajuizado pela INEPAR S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial e demais empresas.

A referida decisão determinou, ainda, dentre outras providências:

- i. Nomeou, como administrador judicial, a sociedade Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.
- ii. Determinou a suspensão de todas as ações e execuções em curso contra as sociedades do Grupo INEPAR, nos termos do art. 6º, ressalvadas as ações previstas no art. 6º, §§ 1º, 2º e 7º, e o disposto no art. 49, §§ 3º e 4º, todos da LFRE.
- iii. Determinou a dispensa de apresentação de certidões negativas para que as empresas exerçam suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais e creditícios.
- iv. Determinou a apresentação, pelas empresas, do plano de recuperação judicial, na forma do art. 53 da LFRE, até o dia 24 de novembro de 2014.
- v. Foi designada Assembleia Geral de Credores, em primeira convocação, para o dia 11 de fevereiro de 2015, ocasião em que seria necessária a presença dos credores titulares de mais da metade dos créditos de cada classe, computados pelo valor, e em segunda convocação, para o dia 24 de fevereiro de 2015, quando seria realizada a assembleia com a presença de qualquer número de credores.
- vi. Como não houve quórum na primeira convocação, a Assembleia instaurou-se na segunda convocação (em 24/02/2015), ocasião em que, lido o edital de convocação e nomeado um dos credores para o cargo de secretário, a credora Itiquira Energética S.A. solicitou a suspensão da Assembleia, o que, colocado em votação, foi aprovado, pelo que a Assembleia foi suspensa até o dia 17 de abril de 2015, às 10 horas. Porém, com o principal objetivo de finalizar os acordos em andamento

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

**COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONSOLIDADAS EM 31 DE MARÇO DE 2016**

com os principais credores esta assembleia foi adiada para 13/05/2015, às 10 horas.

- vii. Em 13 de maio de 2015, os credores do Grupo INEPAR, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas em recuperação.
- viii. Em 21 de maio de 2015, o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo proferiu decisão, homologando o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas empresas do Grupo INEPAR.
- ix. De acordo com o Plano de Recuperação Judicial, os credores formalizaram a escolha da sua respectiva opção de recebimento dos créditos no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da Homologação Judicial do Plano.
- x. Nos dias 14 e 15 de outubro, em 25 de novembro e 28 de dezembro de 2015, a INEPAR S/A Indústria e Construções – em recuperação judicial, realizou Assembleias, visando às emissões das ações e debêntures perpétuas necessárias para cumprir os compromissos com os credores quirografários da Recuperação Judicial.
- xi. Conforme a 84ª AGE, de 25 de novembro de 2015, foram autorizadas as 6ª e 7ª emissões de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 167.234 mil para a 6ª emissão e de R\$ 66.433 mil para a 7ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existentes de credores quirografários sujeitos ao plano que optaram pela opção de repagamento C e D do plano, respectivamente. Na mesma AGE, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor total de R\$ 83.978 mil mediante a emissão particular de 23.732.367 novas ações ordinárias pelo preço de R\$

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

**COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONSOLIDADAS EM 31 DE MARÇO DE 2016**

- 3,5385 por ação a serem integralizadas por créditos existentes de credores quirografários sujeitos ao plano que optaram pela opção A e B.
- xii. Conforme a 85ª AGE, de 28 de dezembro de 2015, foram autorizadas as 8ª e 9ª emissões de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 10.268 mil para a 8ª emissão e de R\$ 3.926 mil para a 9ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existentes de credores quirografários sujeitos ao plano que optaram pela opção de repagamento C e D do plano, respectivamente. Na mesma AGE, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor total de R\$ 79.614 mil, mediante a emissão particular de 22.499.035 novas ações ordinárias pelo preço de R\$ 3,5385 por ação a serem integralizadas por créditos existentes de credores quirografários sujeitos ao plano que optaram pela opção A e B.

A Companhia informa, ainda, que está em tratativas para a contratação de instituição financeira, como escriturador e banco liquidante das Debêntures, o que está previsto para ocorrer ainda neste exercício.

Com base no parecer dos nossos consultores jurídicos efetuamos a reclassificação, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e que serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 217.780 mil.

De acordo com o Parecer Contábil do Professor Eliseu Martins, a empresa classificou nas demonstrações financeiras as debêntures perpétuas emitidas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que as mesmas não geram

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

**COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONSOLIDADAS EM 31 DE MARÇO DE 2016**

obrigação da Companhia de entregar caixa ou outro instrumento patrimonial em condições desfavoráveis, sendo mandatoriamente conversíveis em ações.

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) instituído pela Lei 12.996/2014 de 20/06/2014. A adesão ao referido Refis permitiu uma redução no montante dos débitos, com o aproveitamento dos benefícios previstos na legislação aplicável, de redução de juros, multas e encargos legais, bem como após a liquidação dos juros e multas remanescentes por meio da utilização do prejuízo fiscal e base negativa da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). Quanto ao pagamento inicial de até 20% previsto no Programa Refis, em 27 de julho de 2015, foi concedida decisão judicial favorável quanto à utilização de créditos depositados judicialmente pela empresa AHI. Na consolidação dos débitos no âmbito da RFB e PGFN já utilizamos parte destes créditos para liquidação da antecipação prevista na Lei 12.996/2014. As consolidações dos débitos tributários foram efetuadas de acordo com a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1064 de 30 de julho de 2015.

Concomitantemente ao trabalho que continua sendo desenvolvido junto aos principais credores, também destacamos as ações desenvolvidas para a monetização de alguns ativos não operacionais do Grupo, visando à adequação do fluxo de caixa das empresas do Grupo.

Desta forma, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, a INEPAR efetuou diversas alienações das suas participações societárias, a saber:

Venda da participação acionária da Iesa Projetos no capital da TIISA-Infraestrutura S/A.

Venda da participação acionária da controladora INEPAR S/A, no capital da Andritz Hydro INEPAR do Brasil S/A.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

**COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONSOLIDADAS EM 31 DE MARÇO DE 2016**

Venda da participação acionária da controladora INEPAR S/A, no capital da Energisa Mato Grosso S/A.

Venda da participação acionária da controladora INEPAR S/A, no capital da Inepar Telecomunicações S/A.

A Administração continua engajada e confiante na reversão do patrimônio líquido do Grupo INEPAR que envolve a conclusão do plano de alienação de ativos non-core e o reconhecimento de processos judiciais (segundo as normas contábeis vigentes, os processos judiciais só podem ser efetivamente reconhecidos na conta de ativos após decisão favorável em última instância ao passo que os investimentos tanto em ativos operacionais como não operacionais não podem ser reavaliados) e, portanto, devem ser reconhecidos apenas quando da sua realização. É oportuno destacar que o Grupo INEPAR tem hoje um grande volume em discussão de pleitos e adicionais contratuais junto aos clientes, com alta probabilidade de êxito, resultantes de discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo, prazo, quantidade, preço, problemas de medição e atrasos de recebimento na prestação de serviços e venda de equipamentos, junto a clientes de economia pública, mista e privada.

AUDITORIA EXTERNA

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a INEPAR informa que neste trimestre encerrado em 31/03/2016 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela BDO RCS Auditores Independentes SS. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais da Companhia estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas internacionais dos

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

**COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONSOLIDADAS EM 31 DE MARÇO DE 2016**

relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e formam parte das demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes em instruções da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de março de 2016 e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, autorizando a sua divulgação.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Balanços Patrimoniais

Período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
ATIVO	Nota	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	175	174	1.892	5.114
Clientes					
Contas a receber de clientes faturados	7	21.317	21.270	197.539	194.812
Contas a receber de clientes a faturar	7	-	-	59.979	65.205
Títulos e valores mobiliários	8	32.781	32.780	32.806	32.805
Estoques	9	-	-	240.630	242.266
Títulos a receber	10	-	-	22.134	21.866
Créditos de impostos	11	20.749	20.615	41.071	43.708
Dividendos a receber		-	-	8.560	8.560
Despesas antecipadas		-	-	1.164	1.544
Outros créditos	12	673	989	23.597	27.547
Total do Ativo Circulante		75.695	75.828	629.372	643.427
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Clientes					
Contas a receber de clientes faturados	7	-	-	35.917	35.917
Contas a receber de clientes a faturar	7	482	482	482	482
Partes relacionadas	23	542.386	541.091	259.400	257.962
Títulos a receber	10	7.774	7.774	7.943	7.927
Títulos e valores mobiliários	8	13.622	13.071	72.815	72.264
Créditos de impostos	11	67.775	67.355	123.051	121.239
Depósitos judiciais		14.827	14.800	36.411	36.364
Outros créditos	12	-	-	43.322	43.322
Investimentos	13	536.398	537.544	264.822	262.677
Imobilizado	14	136.618	137.673	377.741	381.675
Intangível	15	391.513	391.513	421.622	422.299
Total do Ativo Não Circulante		1.711.395	1.711.303	1.643.526	1.642.128
Total do Ativo		1.787.090	1.787.131	2.272.898	2.285.555

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Balanços Patrimoniais

Período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores		20.318	19.277	105.747	99.070
Financiamentos e empréstimos	16	79.187	74.688	204.130	197.211
Debêntures	17	117.642	115.955	117.642	115.955
Salários e encargos sociais		18.505	16.947	293.006	274.474
Impostos e contribuições a recolher	18	216.022	207.949	308.953	297.548
Dividendos propostos		4.231	4.231	4.255	4.255
Provisão de custos e encargos	19	-	-	347.926	347.793
Adiantamentos de clientes	20	8.476	8.476	87.690	86.833
Títulos a pagar	21	3.170	3.170	3.309	3.309
Outras contas a pagar	26	130.506	134.072	193.438	185.894
Total do Passivo Circulante		598.057	584.765	1.666.096	1.612.342
Não Circulante					
Exigível a longo prazo					
Financiamentos e empréstimos	16	247.795	245.405	271.984	272.179
Salários e encargos sociais		-	-	16.301	16.263
Impostos e contribuições a recolher	18	253.240	256.052	446.181	445.622
Partes relacionadas	23	528.707	520.365	21.600	21.324
Impostos diferidos	22.1	34.774	35.052	114.614	115.273
Títulos a pagar	21	1.691	1.600	1.691	1.600
Provisão de custos e encargos	19	2.303	2.303	2.303	2.303
Provisão para contingências	24	68.497	68.497	124.476	124.921
Provisão para passivo a descoberto	25	436.227	392.371	1.260	1.260
Outras contas a pagar	26	14.023	15.973	19.960	21.916
Total do Passivo Não Circulante		1.587.257	1.537.618	1.020.370	1.022.661
Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)					
Participação dos minoritários		-	-	(15.344)	(14.196)
Patrimônio líquido da controladora (Passivo a descoberto)					
Capital social	27	407.299	407.299	407.299	407.299
Gasto com subscrição de ações		(3.073)	(3.073)	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital		155.272	155.272	155.272	155.272
Reserva de reavaliação		35.369	35.669	35.369	35.669
Debêntures perpétuas		247.861	247.861	247.861	247.861
Créditos quirografários a converter		217.780	217.780	217.780	217.780
Prejuízos acumulados		(2.261.024)	(2.200.933)	(2.261.024)	(2.200.933)
Ajuste de avaliação patrimonial		802.292	804.873	802.292	804.873
		(398.224)	(335.252)	(398.224)	(335.252)
Total do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		(398.224)	(335.252)	(413.568)	(349.448)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)					
		1.787.090	1.787.131	2.272.898	2.285.555

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstrações de Resultados

Períodos findos em 31 de março de 2016 e 31 de março de 2015

(Em milhares de reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	31/03/2016	31/03/2015 REAPRESENTADO	31/03/2016	31/03/2015 REAPRESENTADO
Receita operacional líquida	29	-	10.702	16.881	73.874
Custos dos produtos e serviços		-	(1.219)	(28.032)	(56.643)
Lucro bruto		-	9.483	(11.151)	17.231
Receitas [despesas] operacionais		(44.973)	(47.246)	(18.492)	(32.978)
Despesas com vendas		-	-	(3.549)	(2.815)
Perdas/Reversões no receb. de crédito com clientes		-	(183)	-	(140)
Administrativas e gerais		(3.977)	(5.044)	(18.198)	(20.691)
Provisões para contingências		-	-	2.669	-
Outras receitas e despesas operacionais		3.310	32	(2.500)	(1.101)
Resultado da equivalência patrimonial	13	(44.306)	(42.051)	3.086	(8.231)
Resultado operacional		(44.973)	(37.763)	(29.643)	(15.747)
Despesas financeiras	30	(17.903)	(20.290)	(41.723)	(45.962)
Receitas financeiras	30	598	775	8.322	2.553
Resultado antes do imposto de renda		(62.278)	(57.278)	(63.044)	(59.156)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	22.2	132	132	299	372
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	22.2	(132)	(131)	(436)	392
Participações acionistas minoritários		-	-	903	1.115
Prejuízo do período		(62.278)	(57.277)	(62.278)	(57.277)
Quantidade de ações ordinárias ao final do período		86.123.467	39.892.065		
Quantidade de ações preferenciais ao final do período		<u>63.136.159</u>	<u>63.136.159</u>		
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$		(400,31)	(523,83)		
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$		<u>(440,35)</u>	<u>(576,21)</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)

Período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais)

	Capital Social		Reservas de Lucros		Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Debêntures Perpétuas	Créditos a Converter	Outros Resultados Abrangentes			Patrimônio Líquido dos Acionistas da Controladora	Participação dos Não Controlados no Patr.Liq. das Controladas	Patrimônio Líquido Total
	Subscrito	(-) Gastos com Subscrição de ações	Reservas de Capital	Ações em Tesouraria				Reservas de Reavaliação	Custo Atribuído AAP	Ajuste de Avaliação Patrimonial			
Em 31 de dezembro de 2014 - Reapresentado	398.977	(3.073)	1.995	(8.303)	(2.017.391)	-	-	53.767	70.605	8.561	(1.494.862)	(8.265)	(1.503.127)
Prejuízo do Exercício					(201.097)						(201.097)	(6.904)	(208.001)
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida (CBD)					4.395						4.395		4.395
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas									1.421		1.421		1.421
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior											-	769	769
Ganhos na conversão de Debêntures perpétuas										727.651	727.651	204	727.855
Outros Resultados Abrangentes											729.072	973	730.045
Resultado Abrangente Total											532.370	(5.931)	526.439
Aumento de Capital - 84ª AGE de 25/11/2015	4.272		79.707								83.979		83.979
Aumento de Capital - 85ª AGE de 28/12/2015	4.050		75.565								79.615		79.615
Transações de Capital com os Sócios											163.594	-	163.594
Debêntures perpétuas - 6ª emissão - 84ª AGE de 25/11/2015						167.234					167.234		167.234
Debêntures perpétuas - 7ª emissão - 84ª AGE de 25/11/2015						66.433					66.433		66.433
Debêntures perpétuas - 8ª emissão - 85ª AGE de 28/12/2015						10.268					10.268		10.268
Debêntures perpétuas - 9ª emissão - 85ª AGE de 28/12/2015						3.926					3.926		3.926
Créditos quirografários a converter							217.780				217.780		217.780
Reserva especial de ágio na incorporação			(1.995)								(1.995)		(1.995)
Realização da Reserva Reavaliação					18.098			(18.098)			-		-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado					3.365				(3.365)		-		-
Em 31 de dezembro de 2015	407.299	(3.073)	155.272	(8.303)	(2.192.630)	247.861	217.780	35.669	67.240	737.633	(335.252)	(14.196)	(349.448)
Prejuízo do Período					(62.278)						(62.278)	(903)	(63.181)
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida (CBD)					1.099						1.099		1.099
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas										(1.793)	(1.793)		(1.793)
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior											-	(245)	(245)
Outros Resultados Abrangentes											(1.793)	(245)	(2.038)
Resultado Abrangente Total											(62.972)	(1.148)	(64.120)
Realização da Reserva Reavaliação					300			(300)			-		-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado					788				(788)		-		-
Em 31 de março de 2016	407.299	(3.073)	155.272	(8.303)	(2.252.721)	247.861	217.780	35.369	66.452	735.840	(398.224)	(15.344)	(413.568)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração do Resultado Abrangente

Períodos findos em 31 de março de 2016 e 31 de março de 2015

(Em milhares de reais)

	31/03/2016	31/03/2015
		REAPRESENTADO
Resultado Líquido do Período	(62.278)	(57.277)
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida (CBD)	1.099	1.099
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas	(1.793)	2.465
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior	(245)	335
Participação dos Minoritários	(903)	(1.115)
Resultado Abrangente do Período	(64.120)	(54.493)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Períodos findos em 31 de março de 2016 e 31 de março de 2015

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
	REAPRESENTADO		REAPRESENTADO	
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do período	(62.278)	(57.277)	(62.278)	(57.277)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes				
Depreciações e amortizações	1.055	1.694	4.528	5.492
Ganho / Perda na alienação de imobilizado/investimentos	-	54	122	54
Equivalência patrimonial	44.306	42.051	(3.086)	8.231
Participação de acionistas minoritários	-	-	903	1.115
Variações monetárias e cambiais	8.026	9.389	7.861	16.425
Impostos diferidos	132	131	436	(392)
Provisões (Reversões)	-	-	(312)	(6.274)
Resultado do período ajustado	(8.759)	(3.958)	(51.826)	(32.626)
(Aumento) redução no ativo:				
Contas a receber de Clientes	(47)	1.674	2.499	(11.448)
Estoques	-	-	1.636	(2.353)
Títulos a receber	-	-	(284)	(487)
Créditos de impostos	(678)	(1.065)	497	(2.627)
Despesas antecipadas	-	-	380	144
Outros créditos	289	43	3.903	13.816
	(436)	652	8.631	(2.955)
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	1.041	1.587	6.677	6.880
Salários e encargos sociais	1.558	2.052	18.570	23.824
Impostos e contribuições a recolher	5.261	4.412	11.858	11.421
Provisão para impostos diferidos	(285)	(286)	(659)	(1.137)
Adiantamentos de clientes	-	-	857	9.693
Títulos a pagar	91	129	91	506
Outras contas a pagar	(5.516)	(6.698)	3.536	(12.881)
	2.150	1.196	40.930	38.306
CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(7.045)	(2.110)	(2.265)	2.725
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Ganho sobre participações	-	-	245	(336)
Aquisições imobilizados e Intangíveis	-	-	(39)	(47)
Operações de mútuos com empresas ligadas	(1.295)	(1.600)	(1.438)	(1.514)
CAIXA CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(1.295)	(1.600)	(1.232)	(1.897)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Amortização de financiamentos e empréstimos - principal	(1)	-	(1)	-
Operações de mútuos com empresas ligadas	8.342	3.763	276	273
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	8.341	3.763	275	273
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES	1	53	(3.222)	1.101
Saldo inicial do caixa e equivalentes	174	2.667	5.114	4.833
Saldo final do caixa e equivalentes	175	2.720	1.892	5.934
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES	1	53	(3.222)	1.101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração do Valor Adicionado

Períodos findos em 31 de março de 2016 e 31 de março de 2015

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
RECEITAS	-	10.790	19.556	81.948
Venda de mercadorias, produtos e serviços	-	11.107	19.187	82.226
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(183)	-	(140)
Outras Receitas / Despesas	-	(134)	369	(138)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	2.783	(2.156)	(33.198)	(62.426)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(10.082)	(41.302)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	2.783	(2.156)	(23.116)	(21.124)
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.783	8.634	(13.642)	19.522
Depreciação e Amortização	(1.055)	(1.694)	(4.528)	(5.492)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	1.728	6.940	(18.170)	14.030
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(43.708)	(41.276)	11.408	(5.678)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(44.306)	(42.051)	3.086	(8.231)
Receitas Financeiras	598	775	8.322	2.553
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(41.980)	(34.336)	(6.762)	8.352
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL	1.623	2.076	9.423	11.641
Salários e encargos	1.213	1.946	5.547	6.969
Benefícios	367	130	2.938	3.854
FGTS	43	-	938	818
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	719	532	4.767	8.605
Federais	719	530	4.142	7.041
Estaduais	-	-	407	-
Municipais	-	2	218	1.564
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	17.956	20.333	42.229	46.498
Juros	17.903	20.290	41.723	45.962
Alugueis	53	43	506	536
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	(62.278)	(57.277)	(63.181)	(58.392)
Prejuízo do período	(62.278)	(57.277)	(62.278)	(57.277)
Participação de acionistas minoritários	-	-	(903)	(1.115)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	(41.980)	(34.336)	(6.762)	8.352

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - em Recuperação Judicial é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. nº 76.627.504/0001-06, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 35 3.0035492 3. Está sediada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda dos Jurupis, nº 455 – Bairro Moema, CEP 04088-001.

A Companhia tem como atividade a criação de soluções, a fabricação e o fornecimento de bens de capital, equipamentos e serviços destinados a geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metroviário; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas.

PROCESSO GLOBAL DA REESTRUTURAÇÃO E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 29 de agosto de 2014, a INEPAR S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial ajuizou, em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/05.

A despeito dos esforços da administração junto aos credores, clientes e potenciais investidores, o pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da situação de crise econômico-financeira da Companhia.

A medida visou proteger o valor dos ativos das sociedades, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades.

Em 15 de setembro de 2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela INEPAR S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial e demais empresas.

A referida decisão determinou, ainda, dentre outras providências:

- a) Nomeou, como administrador judicial, a sociedade Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.
- b) Determinou a suspensão de todas as ações e execuções em curso contra as sociedades do Grupo Inepar, nos termos do art. 6º, ressalvadas as ações previstas no art. 6º, §§ 1º, 2º e 7º, e o disposto no art. 49, §§ 3º e 4º, todos da LFRE.
- c) Determinou a dispensa de apresentação de certidões negativas para que as empresas exerçam suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais e creditícios, e
- d) Determinou a apresentação, pelas empresas, de plano de recuperação judicial, na forma do art. 53 da LFRE, até o dia 24 de novembro de 2014.

Foi designada Assembleia Geral de Credores, em primeira convocação, para o dia 11 de fevereiro de 2015, ocasião em que seria necessária a presença dos credores titulares de mais da metade dos créditos

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de cada classe, computados pelo valor, e em segunda convocação, para o dia 24 de fevereiro de 2015, quando seria realizada a Assembleia com a presença de qualquer número de credores.

Como não houve quórum na primeira convocação, a Assembleia instaurou-se na segunda convocação (em 24/02/2015), ocasião em que, lido o edital de convocação e nomeado um dos credores para o cargo de secretário, a credora Itiquira Energética S.A. solicitou a suspensão da Assembleia, o que, colocado em votação, foi aprovado, pelo que a Assembleia foi suspensa até o dia 17 de abril de 2015, às 10 horas. Porém, com o principal objetivo de finalizar os acordos em andamento com os principais credores esta Assembleia foi adiada para 13 de maio de 2015, às 10 horas.

Em 13 de maio de 2015, os credores do Grupo Inepar, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do plano de recuperação judicial proposto pelas empresas em recuperação.

Em 21 de maio de 2015, o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo proferiu decisão homologando o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas empresas do Grupo Inepar.

De acordo com o Plano de Recuperação Judicial os credores deveriam formalizar a escolha da sua respectiva opção de recebimento dos créditos no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da Homologação Judicial do Plano, portanto, o prazo encerrou-se em 21 de julho de 2015.

Dando sequencia aos procedimentos legais sobre a Recuperação Judicial, a Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial, realizou Assembleias com os acionistas nos dias 14 e 15 de outubro e em 25 de novembro e 28 de dezembro de 2015, visando às emissões das ações e debêntures perpétuas necessárias para cumprir os compromissos com os credores da Recuperação Judicial de todas as empresas do Grupo.

Portanto, os efeitos das conversões das dívidas em ações e debêntures foram refletidos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015.

Com base em Parecer Contábil do Professor Eliseu Martins, a Companhia classificou nas demonstrações financeiras as debêntures perpétuas emitidas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que as mesmas não geram obrigação da Companhia de entregar caixa ou outro instrumento patrimonial em condições desfavoráveis, sendo mandatoriamente conversíveis em ações.

A diferença entre o passivo baixado e o valor justo da debênture emitida, foi reconhecida como outros resultados abrangentes e não no resultado do exercício.

Ainda, com base no parecer dos nossos consultores jurídicos, efetuamos a reclassificação, em 2015, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 217.780 mil.

Destacamos ainda, que conforme as AGE's nºs 84º e 85º, realizadas em 25 de novembro e 28 de dezembro de 2015 respectivamente, foram autorizadas as 6º, 7ª, 8ª e 9ª emissão das debêntures perpétuas, totalizando o montante de R\$ 247.861 mil e as mesmas AGE's autorizaram também os aumentos de capital no montante de R\$ 163.592 mil.

O Plano de Recuperação Judicial propiciou à Companhia aderir ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) instituído pela Lei 12.996/2014 de 20/06/2014. A adesão ao referido Refis permitiu uma redução no montante dos débitos com o aproveitamento dos benefícios previstos na legislação aplicável, de redução de juros, multas e encargos legais, bem como a liquidação dos juros e multas remanescentes por meio da utilização do prejuízo fiscal e base negativa da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Líquido). A Companhia está em fase de consolidação dos débitos previdenciários, o que deverá ocorrer em breve.

A Inepar, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações societárias, dentre as quais destacamos:

-Venda da participação acionária da Iesa no capital da TIISA-Infraestrutura S.A..

-Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A..

-Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., o que nos permitiu recursos para a adesão ao Refis, e também permitiu recursos para encerrar o processo jurídico com a Itiquira Energética e Swiss RE.

-Alienação da participação acionária da Penta no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.(atual Energisa Mato Grosso S.A.).

Quanto às medidas de reestruturação operacional, destacamos as seguintes:

Integração das atividades de administração – o grupo INEPAR, ao longo dos últimos anos, manteve as atividades de administração de cada uma de suas empresas de forma segregada, e por consequência dessa decisão, o grupo mantinha um quadro elevado de funcionários. A partir do segundo semestre de 2014, a Companhia iniciou o processo de integração dessas atividades e obteve resultados satisfatórios, reduzindo o quadro de funcionários e gerando uma redução significativa nas despesas administrativas.

Melhoria contínua dos processos – Todas as metas do processo produtivo foram revistas visando garantir um melhor controle, acompanhamento e visibilidade dos processos e recursos. Com isso, sabe-se da necessidade de investimentos, iniciando pelos que demandarem poucos recursos financeiros. Algumas ações previstas para ganho de produtividade e otimização de recursos são: (i) maior rigidez e controle das atividades, (ii) fusão de departamentos e (iii) modernização e substituição de maquinários obsoletos.

Redução significativa do endividamento do Grupo Inepar na ordem de R\$ 1.539 milhões, tendo em vista as conversões dos passivos com as debêntures perpétuas e ou ações emitidas.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial nessas demonstrações.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes das demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora constante nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Inepar S.A. Indústrias e Construções - em Recuperação Judicial e suas controladas apresentadas abaixo:

<u>Empresas</u>	<u>Participação - %</u>	
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Penta Participações e Investimentos Ltda.	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	100,00	100,00

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei Nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela NBC TG 36 (R3), dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- d) Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado;
- e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3 Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.4 Conversão em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

3.6 Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; b) recebíveis; c) disponíveis para venda e d) outros ativos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros que não se qualificam nas categorias “a” e “b” acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são,

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (“*impairment*”).

3.7 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para “*impairment*” (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e ajustado pela provisão para “*impairment*” se necessária.

3.8 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.9 Investimentos

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.10 Imobilizado

A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído.

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.11 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

3.12 “Impairment” de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “impairment” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do “impairment”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “impairment”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “impairment” na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “impairment”.

Estes testes são realizados, de acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

3.13 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14 Financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

3.17 Participação nos Lucros

Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas.

No consolidado, a Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

3.18 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e, no consolidado, inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos, de acordo com a Resolução CFC no. 1.411/12 que deu nova redação à Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 17 – Contratos de Construção do Conselho Federal de Contabilidade.

3.19 Reconhecimento das Receitas de Vendas

As receitas de vendas, no consolidado, compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando:

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade;
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda; e
- (iv) pelo método da percentagem completada, a receita do contrato é reconhecida na Demonstração do Resultado nos períodos contábeis em que o trabalho for executado, o mesmo ocorrendo com os custos do trabalho com os quais se relaciona, conforme determina a NBC TG 17 – Contratos de Construção.

3.20 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

3.21 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) “*impairment*” dos ativos imobilizados, intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

3.22 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não entraram em vigor. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e revisado em outubro de 2010. O IFRS 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A determinação deve ser feita no momento inicial da contratação do instrumento financeiro. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. Para passivos financeiros a norma retém a maior parte dos requerimentos do IAS 39. A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo relativa ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em “Outros resultados abrangentes” e não no resultado do período. A orientação incluída no IAS 39 sobre impairment dos ativos financeiros e contabilização de hedge continua a ser aplicada. A versão completa

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

• IFRS 15 – Receita de contratos com clientes – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. Essa norma entrará em vigor em 2018 e substitui a IAS 11 – Contratos de construções, IAS 18 – Receitas e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

NOTA 4 – REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE MARÇO DE 2015.

Atendendo aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, aprovado pela Resolução nº 1.979/09 do Conselho Federal de Contabilidade, a Companhia preparou a reapresentação retrospectiva das demonstrações financeiras encerradas em 31 de março de 2015, compreendidas pelas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, apresentadas para fins de comparação, que estão identificadas com a nomenclatura “Reapresentado”, referente ao estorno da reversão de passivo realizada de forma inadequada no exercício de 2013, de débitos indevidamente incluídos no Refis estabelecido pela Lei nº 12.865/13, de 09 de outubro de 2013, já que os referidos débitos não estavam em consonância com a referida Lei. Também foram registrados como despesas financeiras no exercício de 2015 os juros incidentes sobre os passivos anteriormente revertidos.

Abaixo, quadro demonstrando as alterações efetuadas nos saldos comparativos reapresentados nestas informações:

	Posição contábil em 31/03/2015	Ajuste para equiparação das demonstrações	Posição Ajustada em 31/03/2015
RESULTADO DO PERÍODO			
Controladora			
Equivalência patrimonial	(a) (40.051)	(2.000)	(42.051)
Despesas financeiras	(b) (12.277)	(8.013)	(20.290)

a) Efeito líquido da reversão de ajuste referente ao REFIS nas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A e Ilesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A

b) Reversão de ajuste referente ao REFIS.

Consolidado

Despesas financeiras	(c) (35.949)	(10.013)	(45.962)
----------------------	--------------	----------	----------

c) Reversão de ajuste referente ao REFIS.

NOTA 5 - GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC números 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) **Recebíveis:** São classificados como recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- b) **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado.
- c) **Derivativos:** A Companhia não mantém operações em derivativos.
- d) **Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes, que são avaliados pelo custo amortizado.
- e) **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- f) **Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento da exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

• Risco de crédito

A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas e coligadas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de crédito. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

• Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso, a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

• Riscos de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

• Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

• Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Exposição Cambial

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções n.ºs. 475/08 e 550/08, apresentamos a seguir, demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial				
Descrição	31/03/2016	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Passivos				
Divida Bancária	33.238	33.843	41.547	49.856
Exposição Líquida - R\$ Mil	33.238	33.843	41.547	49.856
Exposição Líquida - US\$ Mil	9.339	9.339	9.339	9.339
Taxa Dólar	3,56	3,62	4,45	5,34

Cenário I: Variação de taxa na média atual do dólar

Cenário II: Variação de 25% na taxa do dólar

Cenário III: Variação de 50% na taxa do dólar

Variação Cambial

A Companhia está sujeita ao risco cambial em decorrência, principalmente, de empréstimos em moeda estrangeira. Em 31 de março de 2016, a Companhia possuía uma exposição cambial de US\$ 9,339 milhões, conforme quadro acima.

Exposição a Juros

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentam riscos relevantes e, portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução nº475/08 e 550/08.

Instrumentos Financeiros por Categoria

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2015 conforme balanço patrimonial	Controladora				Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2015 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Outros ativos financeiros	Total		Outros passivos financeiros	Total
Circulante					Circulante		
Caixa e equivalentes (a)	155	19	-	174	Fornecedores (f)	19.277	19.277
Contas a receber (b)	-	21.270	-	21.270	Empréstimos e financiamentos (g)	74.688	74.688
Títulos e valores mobiliários (c)	-	32.780	-	32.780	Debêntures (h)	115.955	115.955
Outros créditos (e)	-	-	989	989	Títulos a pagar (i)	3.170	3.170
Total Circulante	155	54.069	989	55.213	Outras contas a pagar (j)	134.072	134.072
					Total Circulante	347.162	347.162
Não Circulante					Não Circulante		
Contas a receber (b)	-	482	-	482	Empréstimos e financiamentos (g)	245.405	245.405
Títulos e valores mobiliários (c)	-	13.071	-	13.071	Títulos a pagar (i)	1.600	1.600
Títulos a receber (d)	-	7.774	-	7.774	Outras contas a pagar (j)	15.973	15.973
Total Não Circulante	-	21.327	-	21.327	Total Não Circulante	262.978	262.978
TOTAL GERAL	155	75.396	989	76.540	TOTAL GERAL	610.140	610.140

Ativos financeiros em 31 de março de 2016 conforme balanço patrimonial	Controladora				Passivos financeiros em 31 de março de 2016 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Outros ativos financeiros	Total		Outros passivos financeiros	Total
Circulante					Circulante		
Caixa e equivalentes (a)	157	18	-	175	Fornecedores (f)	20.318	20.318
Contas a receber (b)	-	21.317	-	21.317	Empréstimos e financiamentos (g)	79.187	79.187
Títulos e valores mobiliários (c)	-	32.781	-	32.781	Debêntures (h)	117.642	117.642
Outros créditos (e)	-	-	673	673	Títulos a pagar (i)	3.170	3.170
Total Circulante	157	54.116	673	54.946	Outras contas a pagar (j)	130.506	130.506
					Total Circulante	350.823	350.823
Não Circulante					Não Circulante		
Contas a receber (b)	-	482	-	482	Empréstimos e financiamentos (g)	247.795	247.795
Títulos e valores mobiliários (c)	-	13.622	-	13.622	Títulos a pagar (i)	1.691	1.691
Títulos a receber (d)	-	7.774	-	7.774	Outras contas a pagar (j)	14.023	14.023
Total Não Circulante	-	21.878	-	21.878	Total Não Circulante	263.509	263.509
TOTAL GERAL	157	75.994	673	76.824	TOTAL GERAL	614.332	614.332

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					Consolidado	
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Outros ativos financeiros	Total		Outros passivos financeiros	Total
Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2015 conforme balanço patrimonial Circulante					Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2015 conforme balanço patrimonial Circulante		
Caixa e equivalentes (a)	352	4.762	-	5.114	Fornecedores (f)	99.070	99.070
Contas a receber (b)	-	260.017	-	260.017	Empréstimos e financiamentos (g)	197.211	197.211
Títulos e valores mobiliários (c)	-	32.805	-	32.805	Debêntures (h)	115.955	115.955
Títulos a receber (d)	-	21.866	-	21.866	Títulos a pagar (i)	3.309	3.309
Outros créditos (e)	-	-	27.547	27.547	Outras contas a pagar (j)	185.894	185.894
Total Circulante	352	319.450	27.547	347.349	Total Circulante	601.439	601.439
Não Circulante					Não Circulante		
Contas a receber (b)	-	36.399	-	36.399	Empréstimos e financiamentos (g)	272.179	272.179
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	72.264	72.264	Títulos a pagar (i)	1.600	1.600
Títulos a receber (d)	-	7.927	-	7.927	Outras contas a pagar (j)	21.916	21.916
Outros Créditos (e)	-	-	43.322	43.322			
Total Não Circulante	-	44.326	115.586	159.912	Total Não Circulante	295.695	295.695
TOTAL GERAL	352	363.776	143.133	507.261	TOTAL GERAL	897.134	897.134
Ativos financeiros em 31 de março de 2016 conforme balanço patrimonial Circulante					Passivos financeiros em 31 de março de 2016 conforme balanço patrimonial Circulante		
Caixa e equivalentes (a)	355	1.537	-	1.892	Fornecedores (f)	105.747	105.747
Contas a receber (b)	-	257.518	-	257.518	Empréstimos e financiamentos (g)	204.130	204.130
Títulos e valores mobiliários (c)	-	32.806	-	32.806	Debêntures (h)	117.642	117.642
Títulos a receber (d)	-	22.134	-	22.134	Títulos a pagar (i)	3.309	3.309
Outros créditos (e)	-	-	23.597	23.597	Outras contas a pagar (j)	193.438	193.438
Total Circulante	355	313.995	23.597	337.947	Total Circulante	624.266	624.266
Não Circulante					Não Circulante		
Contas a receber (b)	-	36.399	-	36.399	Empréstimos e financiamentos (g)	271.984	271.984
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	72.815	72.815	Títulos a pagar (i)	1.691	1.691
Títulos a receber (d)	-	7.943	-	7.943	Outras contas a pagar (j)	19.960	19.960
Outros Créditos (e)	-	-	43.322	43.322			
Total Não Circulante	-	44.342	116.137	160.479	Total Não Circulante	293.635	293.635
TOTAL GERAL	355	358.337	139.734	498.426	TOTAL GERAL	917.901	917.901

(a) Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras estão estruturadas em CDB's, e corrigidas em base exponencial "pro rata die", desde a data de origem de cada aplicação, por taxas pós-fixadas, portanto, os valores contábeis já estão registrados pelo valor da moeda no encerramento destas demonstrações.

(b) Contas a receber

As contas a receber do ativo circulante correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos ou prestações de serviço.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Títulos e Valores Mobiliários

Os valores lançados como Empréstimos e Recebíveis referem-se às debêntures não conversíveis em ações de emissão da GFS Premium Administração e Participações S.A. (Companhia incorporada em 15 de julho de 2011 pela Companhia Brasileira Diques) e da Ibrafem Estruturas Metálicas S.A., conforme informado na nota explicativa nº 8 itens “b” e “c”.

(d) Títulos a receber

Referem-se, principalmente, aos créditos devidos pela Prefeitura Municipal de Chapecó e estão contabilizados na controlada PENTA Participações e Investimento Ltda..

(e) Outros Créditos

Referem-se, principalmente, aos adiantamentos efetuados às consorciadas pertencentes ao Consórcio IESA/Consbem responsáveis pelo fornecimento e instalação de vias permanentes para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), e aos créditos pela venda pela IESA Projetos de parte da participação societária na TIISA – Triunfo IESA Infraestrutura S.A..

(f) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos de fornecedores pela Companhia e por suas controladas e coligadas.

(g) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos não são contemplados com taxas subsidiadas, todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

(h) Debêntures

O valor de mercado dessas debêntures se aproxima substancialmente do respectivo valor contábil.

(i) Títulos a pagar

São valores devidos a terceiros, principalmente, por conta de acordos judiciais, e os valores estão atualizados pelo IGPM.

(j) Outras contas a pagar

Referem-se, principalmente, aos valores devidos às empresas constituídas em consórcios/SCP, e seus valores estão atualizados.

NOTA 6- CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Bancos Conta Movimento	18	19	1.537	4.763
Aplicação Financeira	157	155	355	351
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	175	174	1.892	5.114

Caixa e equivalentes incluem caixa, contas bancárias nacionais e aplicações financeiras estruturadas em CDBs remunerados por taxas que variam entre 100,0% a 102,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 7 – CLIENTES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Cientes Interno	33.710	33.663	341.098	343.087
Cientes Externo	-	-	5.699	6.209
Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa	(11.911)	(11.911)	(52.880)	(52.880)
Total	21.799	21.752	293.917	296.416
Circulante	21.317	21.270	257.518	260.017
Não circulante	482	482	36.399	36.399

Os valores contabilizados em Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa são apurados após análise individual de cada cliente, levando-se em consideração o período de atraso dos valores a receber e a situação atual de cada devedor.

NOTA 8 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Debêntures Ibrafem (a)	13.622	13.071	72.815	72.264
Outras Aplicações e Títulos (b)	32.781	32.780	32.806	32.805
	46.403	45.851	105.621	105.069
Circulante	32.781	32.780	32.806	32.805
Não circulante	13.622	13.071	72.815	72.264

a) O valor de R\$ 72.815 no consolidado (R\$ 72.264 em 31/12/2015) refere-se, principalmente a 46.060 debêntures não conversíveis em ações de emissão da Ibrafem Estruturas Metálicas S.A., emitidas em 30 de novembro de 2010, sendo 7.320 debêntures pertencentes à Inepar e 38.740 debêntures pertencentes a Iesa Transportes S.A. - em Recuperação Judicial.

Conforme Ata da 1ª Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão Particular de Debêntures Não Conversíveis, realizada em 29/11/2012, foi alterada a data de vencimento das debêntures de 30/11/2016 para 30/11/2018, prorrogação e determinação do prazo da amortização programada e dos juros remuneratórios das referidas debêntures, para uma parcela única com vencimento em 30/11/2018.

b) Refere-se, principalmente, a compra de direitos creditórios, conforme instrumento particular assinado entre a Inepar e a empresa Atlântico Agropastoril Ltda., cujos valores serão utilizados para liquidação de passivos tributários (ICMS).

NOTA 9 – ESTOQUES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Produtos em elaboração	2.123	2.116
Insumos e materiais	153.328	156.750
Adiantamentos a fornecedores	41.826	38.251
Importações em andamento	43.353	45.149
	240.630	242.266

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo de produtos em elaboração refere-se a custos de obras em andamento que foram suportados pelas Companhias coligadas e controladas e que ainda não foram medidos ou cobrados dos clientes; a realização destes valores está condicionada ao cumprimento de etapas de serviços que serão faturados aos clientes ao longo da execução dos projetos (obras).

NOTA 10 – TÍTULOS A RECEBER

O saldo de títulos a receber está composto por valores da Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial e das controladas IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial e Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial, conforme demonstrado abaixo:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Créditos com terceiros (a)	7.774	7.774	7.774	7.774
Créditos com Prefeitura de Chapecó (b)	-	-	17.973	17.706
Debêntures 1º emissão CBD	-	-	4.142	4.142
Outros créditos	-	-	188	171
	7.774	7.774	30.077	29.793
Circulante	-	-	22.134	21.866
Não circulante	7.774	7.774	7.943	7.927

a) O valor lançado na rubrica de créditos com terceiros refere-se, aos créditos contra a DNOS – Departamento Nacional de Obras e Saneamentos, por conta de processo em que a Inepar obteve decisão judicial favorável.

b) O valor de R\$ 17.973, lançado no consolidado, refere-se aos créditos devidos pela Prefeitura Municipal de Chapecó e está contabilizado na controlada Penta Participações e Investimentos Ltda.

NOTA 11 – CRÉDITOS DE IMPOSTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social diferido (a)	-	317	-	317
Impostos e contribuições a compensar	3.898	3.858	6.219	6.209
ICMS a recuperar	53	53	4.457	4.300
IPI a recuperar	975	974	1.627	1.544
Pis/Cofins Lei 9.718/98	8.439	8.439	8.439	8.439
Adiantamentos efetuados - Parcelamentos (b)	20.898	20.241	36.517	33.984
Impostos e contribuições retidos na fonte	165	165	2.313	5.235
IRPJ Diferido sobre Diferenças Temporárias	25.795	25.540	54.449	54.510
CSLL Diferido sobre Diferenças Temporárias	9.287	9.194	19.602	19.623
Créditos tributários transferidos de terceiros (c)	2.016	1.998	6.087	6.069
Créditos fiscais a compensar	6.423	6.423	11.738	11.791
Demais Créditos (d)	10.575	10.768	12.674	12.926
	88.524	87.970	164.122	164.947
Circulante	20.749	20.615	41.071	43.708
Não circulante	67.775	67.355	123.051	121.239

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Os valores referentes ao imposto de renda e a contribuição social diferidos, na controladora, referem-se a créditos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social, reconhecidos até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

b) Constituição de créditos por conta de pagamentos efetuados junto à Receita Federal do Brasil.

c) Refere-se aos créditos fiscais recebidos da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A, que foram transferidos para a Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial, quando da venda da participação acionária da AHI, realizada no exercício de 2015. Estes créditos foram utilizados pela Inepar para liquidação da parcela inicial de até 20% prevista no programa Refis Lei 12.996/2014. O saldo remanescente será utilizado para pagamento das parcelas vincendas deste parcelamento. Para a utilização destes créditos a Inepar obteve parecer favorável da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Araraquara-SP.

d) Correspondem, em sua maioria, a processos administrativos de pedidos de restituição de INSS junto à Receita Federal do Brasil.

NOTA 12 – OUTROS CRÉDITOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Adiantamento a Empregados	41	65	2.665	2.435
Créditos com empresas constituídas em SCP (a)	-	-	8.847	8.847
Adiantamento a Fornecedores	119	382	1.186	5.034
Notas de débitos a Emitir / Receber	-	-	1.022	729
Valores a Receber - venda participação TIISA (b)	-	-	29.015	29.803
Créditos com a Central Companhia Transporte (c)	-	-	16.293	16.293
Outros	513	542	7.891	7.728
Total	673	989	66.919	70.869
Circulante	673	989	23.597	27.547
Não circulante	-	-	43.322	43.322

a) Refere-se aos adiantamentos efetuados às sócias da SCP (Sociedade por Conta de Participação) IESA/Consbem, responsável por um empreendimento junto a Companhia de Transporte de Salvador (CTS).

b) Refere-se à venda pela IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em recuperação judicial, de 32,47% da participação societária da TIISA – Triunfo IESA Infraestrutura S.A., conforme contrato de compra e venda de ações de 01/12/2014, devidamente aprovada pelo Juiz da Recuperação Judicial.

c) Refere-se à ação ordinária de cobrança em fase de cumprimento de sentença movida contra a Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 13 – INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Participação em controladas/coligadas (a)	533.759	534.905	228.730	226.585
Bens não operacionais (b)	23	23	23	23
Propriedade para Investimentos (c)	-	-	32.765	32.765
Outros investimentos (d)	2.616	2.616	3.304	3.304
	536.398	537.544	264.822	262.677

a) Participações em empresas controladas/coligadas

	Capital Social	Patrimônio Líquido	Resultado do Período	Resultado de Equivalência	Valor do Investimento	
					31/03/2016	31/12/2015
<u>Controladas/Coligadas</u>						
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. (i)	200.809	(429.681)	(42.062)	(42.062)	-	-
Companhia Brasileira de Diques S.A. (ii)	2.637	339.517	(3.006)	(1.495)	168.807	169.204
Penta Participações e Investimento Ltda. (iii)	230.601	169.719	300	300	169.719	169.419
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	191.423	195.233	(1.049)	(1.049)	195.233	196.282
Innovida Participações S.A.	12.541	(6.546)	-	-	-	-
				(44.306)	533.759	534.905

	Quantidade de ações possuídas (em milhares)		Participação em %	Participação no capital votante em %
	O. N.	P. N.		
<u>Controladas/Coligadas</u>				
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	149.799	-	74,60	100,00
Companhia Brasileira de Diques S.A.	289	-	49,72	49,72
Penta Participações e Investimento Ltda.	230.601	quotas	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	246.386	66.035	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	12.541	-	100,00	100,00

(i) IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial

A Companhia capitalizou a controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial, mediante a transferência de acervo técnico e máquinas e equipamentos, com base em seus valores de mercados, definidos em laudos de avaliações emitidos por empresa especializada, em 30 de abril e 31 de maio de 2003 e Instrumento Particular de Transferência, celebrado em 07 de abril de 2003.

Tendo em vista a IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial apresentar Patrimônio Líquido negativo em 31 de março de 2016, a Inepar constituiu provisão até a totalidade do valor do passivo a descoberto conforme descrito na nota 25.

(ii) Companhia Brasileira de Diques S.A.

Refere-se à aquisição, em 31 de março de 2012, de 50% de participação no capital da Companhia Brasileira de Diques, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e outras Avenças, no valor de R\$ 608.734.

Conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária, de 29 de Junho de 2014, foi deliberado sobre o aumento do Capital no montante de R\$ 986 mediante a emissão de 3.288 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$ 300,00. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pela Partbank Consultoria Financeira e Administração de Bens e Participações Ltda. Desta forma, a participação da INEPAR S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial foi reduzida para 49,72%.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Penta Participações e Investimentos Ltda.

Refere-se ao investimento realizado na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. em 2004 através da participação acionária mantida na empresa Centrais Elétricas Matogrossenses – CEMAT. Em 11 de dezembro de 2015, a participação acionária na CEMAT foi transferida para o BNDES para abatimento das dívidas junto a este órgão.

b) Bens não operacionais

Referem-se a imóveis (terrenos) de propriedade da Companhia.

c) Propriedade para Investimentos

Corresponde ao imóvel localizado na cidade de Magé no Estado do Rio de Janeiro, pertencente à controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A. – em Recuperação Judicial.

d) Outros investimentos

O valor de outros investimentos no consolidado corresponde principalmente aos investimentos na Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A..

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 14 – IMOBILIZADO

Controladora	Edificações e		Máquinas e	Móveis e	Instalações e	Equipamentos	Outros	Total
	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos	Utensílios	Ferramentas	de Informática		
Taxas anuais de depreciação	0%	25%	10% a 40%	10%	2% a 10%	1% a 10%	10% a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2015								
Custo	20.129	197.815	23.653	21	5.515	16	3.989	251.139
Depreciação Acumulada	-	(84.257)	(22.416)	(5)	(5.014)	(7)	(1.767)	(113.466)
Valor contábil líquido	20.129	113.558	1.237	16	501	9	2.222	137.673
Baixas	-	-	-	-	-	(3)	-	(3)
Depreciação	-	(1.001)	(48)	(1)	(6)	(0)	-	(1.055)
Baixas da Depreciação	-	-	-	-	-	3	-	3
Saldo Final	20.129	112.557	1.189	15	495	9	2.222	136.618
Em 31 de Março de 2016								
Custo	20.129	197.815	23.653	21	5.515	13	3.989	251.136
Depreciação Acumulada	-	(85.258)	(22.464)	(6)	(5.020)	(4)	(1.767)	(114.518)
Valor contábil líquido	20.129	112.557	1.189	15	495	9	2.222	136.618

Consolidado	Edificações e		Máquinas e	Móveis e	Instalações e Equipamentos		Outras	Total	
	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos	Utensílios	Veículos	Ferramentas	de Informática		Imobilizações
Taxas anuais de depreciação	0%	4% a 25%	10% a 40%	10%	2% a 14%	2% a 10%	1% a 10%	10% a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2015									
Custo	29.741	231.687	212.335	7.596	2.161	11.930	17.802	84.368	597.620
Depreciação Acumulada	-	(90.625)	(100.952)	(5.266)	(1.611)	(5.501)	(10.223)	(1.767)	(215.945)
Valor contábil líquido	29.741	141.062	111.383	2.330	550	6.429	7.579	82.601	381.675
Adições	-	-	-	28	-	-	11	-	39
Baixas	-	-	(120)	(36)	-	-	(56)	-	(212)
Depreciação	-	(1.116)	(2.205)	(101)	-	(67)	(362)	-	(3.851)
Baixas da Depreciação	-	-	41	24	-	-	25	-	90
Transferências	-	377	-	-	-	-	-	(377)	-
Saldo Final	29.741	140.323	109.099	2.245	550	6.362	7.197	82.224	377.741
Em 31 de Março de 2016									
Custo	29.741	232.064	212.215	7.588	2.161	11.930	17.757	83.991	597.447
Depreciação Acumulada	-	(91.741)	(103.116)	(5.343)	(1.611)	(5.568)	(10.560)	(1.767)	(219.706)
Valor contábil líquido	29.741	140.323	109.099	2.245	550	6.362	7.197	82.224	377.741

A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22 de dezembro 2009 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma, a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia realiza testes de recuperabilidade para os ativos intangíveis de vida útil indefinida bem como do imobilizado, não identificando perdas por “impairment”.

Metodologia utilizada para determinar o novo cálculo da depreciação

A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi à política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de valor residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens, a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção “in loco” de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens;
- Política de Manutenção – Visando salvaguardar os ativos;

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado.

Neste período, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizado foi necessária.

NOTA 15 – INTANGÍVEL

CONTROLADORA	Controladora		
	Marcas e Patentes	Ágio sobre Investimentos	Total
Taxas anuais de amortização	20%	0%	
Em 31 de Dezembro de 2015			
Custo	247	391.513	391.760
Amortização acumulada	(247)	-	(247)
Valor contábil líquido	-	391.513	391.513
Em 31 de Março de 2016			
Custo	247	391.513	391.760
Amortização acumulada	(247)	-	(247)
Valor contábil líquido	-	391.513	391.513

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONSOLIDADO	Consolidado					Total
	Marcas e Patentes	Acervo Técnico	Desenvolv Projetos	Programas de Computador	Ágio sobre Investimentos	
Taxas anuais de amortização	20%	0%	20%	20%	0%	
Em 31 de Dezembro de 2015						
Custo	247	5.000	937	34.076	391.513	431.773
Amortização acumulada	(247)	-	(576)	(8.651)	-	(9.474)
Valor contábil líquido	-	5.000	361	25.425	391.513	422.299
Amortização	-	-	(22)	(655)	-	(677)
Saldo Final	-	5.000	339	24.770	391.513	421.622
Em 31 de Março de 2016						
Custo	247	5.000	937	34.076	391.513	431.773
Amortização acumulada	(247)	-	(598)	(9.306)	-	(10.151)
Valor contábil líquido	-	5.000	339	24.770	391.513	421.622

O valor de R\$ 391.513, lançado na rubrica de Ágio sobre Investimentos, refere-se à compra, em 2012, de 50% de participação no capital da Companhia Brasileira de Diques S.A., conforme instrumento particular de compra e venda de ações e outras avenças. Conforme já comentado na nota explicativa nº 4, em função das alterações dos normativos contábeis IFRS 10 e IFRS 11, vigentes a partir de 2013, a Companhia CBD não é mais contemplada nas demonstrações financeiras consolidadas e o ágio será integralmente classificado e apresentado no intangível.

A avaliação econômica da Companhia Brasileira de Diques S.A., foi efetuada pela empresa especializada Moore Stephens Auditores e Consultores e o valor de mercado calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado a valor presente, perfaz o valor total de R\$ 1.217.468.

Conforme laudo de avaliação da empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, emitido em novembro de 2014, para fins de constar no Plano de Recuperação Judicial, o valor da Companhia Brasileira de Diques (CBD), permanece com valorização de R\$ 650 milhões, correspondente à participação da Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 16 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Circulante Modalidade	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Arrendamentos Financeiros	-	-	18.550	17.061
Ativo Permanente	23.201	18.701	34.994	31.467
Capital de Giro	55.986	55.987	150.763	148.904
Custos com transf. Financeiras	-	-	(177)	(221)
Total Circulante	79.187	74.688	204.130	197.211

Não Circulante Modalidade	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Adiantamento de Câmbio	-	-	21.445	23.244
Arrendamentos Financeiros	247.795	245.405	250.595	249.023
Custos com trans. Financeiras	-	-	(56)	(88)
Total Não Circulante	247.795	245.405	271.984	272.179
Total de Empréstimos e Financiamentos	326.982	320.093	476.114	469.390

Por Data de Vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Vencidos	61.387	57.588	166.967	154.700
Em até 12 meses	17.800	17.100	37.465	42.802
De 1 a 2 anos	39.200	38.600	42.239	42.485
De 2 a 3 anos	39.737	40.518	41.524	42.455
De 3 a 4 anos	51.299	49.576	53.086	51.513
De 4 a 5 anos	64.123	61.970	65.910	63.907
Acima de 5 anos	53.436	54.741	68.923	71.528
Total de Empréstimos e Financiamentos	326.982	320.093	476.114	469.390

Por Tipo de Moeda	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Reais - R\$	326.982	320.093	442.876	433.380
Dólar Norte-Americano - R\$	-	-	33.238	36.010
Total de Empréstimos e Financiamentos	326.982	320.093	476.114	469.390

Os empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras, sendo US\$ 1,00 equivalente a R\$ 3,56 em 31 de Março de 2016 (R\$ 3,90 em 31 de dezembro 2015).

As principais garantias dos empréstimos e financiamentos a pagar correspondem a notas promissórias, avais e garantias dos sócios, equipamentos e direitos sobre contratos de clientes.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 17 - DEBÊNTURES (CONTROLADORA)

Emissão	Empresa	Saldo	Adições/	Varição	Saldo
		31/12/2015	Baixas	Monetária	31/03/2016
5ª	Inepar S.A. Indústria e Construções	115.955	-	1.687	117.642
SALDO CONTROLADORA		115.955	-	1.687	117.642

Na Controladora

Quinta emissão Inepar S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial

A 80ª Assembleia Geral Extraordinária, de 18 de julho de 2012, aprovou a emissão de 15.000 debêntures de série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10 totalizando o montante de R\$ 150.000. As Debêntures são objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, a Oferta Restrita automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976.

As Debêntures emitidas possuem garantias reais representadas pela cessão fiduciária de direitos creditórios e de aplicação financeira e alienação fiduciária de bem imóvel. As Debêntures contarão com as garantias a seguir descritas:

- (i) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de instrumentos celebrados pela Iesa - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em recuperação judicial e seus clientes, bem como dos direitos emergentes da conta vinculada e de suas aplicações;
- (ii) alienação fiduciária de bem imóvel de propriedade da IESA Óleo & Gás S.A. – em Recuperação Judicial;
- (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios sobre aplicação financeira de titularidade da Companhia; e
- (iv) fiança em favor dos Debenturistas ou seus sucessores legais, prestada pela Inepar Administração e Participações S.A. – em Recuperação Judicial, pela Iesa - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial e pela IESA Óleo & Gás S.A. – em Recuperação Judicial, as quais se obrigarão solidariamente à Companhia como fiadoras e principais pagadoras pelo pagamento de todos e quaisquer valores devidos nos termos da Escritura de Emissão.

Remuneração das Debêntures

As Debêntures farão jus à remuneração composta pela atualização monetária e pelos juros remuneratórios, pagos mensalmente, a partir do 13º mês contado da data de emissão (alterado pela 5º AGD de 26/03/2013), conforme abaixo:

Atualização Monetária: o saldo devedor do valor nominal unitário será atualizado, a partir da data da 1ª (primeira) integralização das Debêntures, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A atualização monetária será automaticamente incorporada ao valor nominal unitário e será paga juntamente com as parcelas de amortização programada;

Juros Remuneratórios: sobre o saldo devedor do valor nominal unitário atualizado, incidirão juros prefixados, correspondentes a um percentual ao ano, equivalente a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a data da primeira integralização ou data de pagamento dos juros remuneratórios das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento;

Prazo de Carência: haverá período de carência para pagamento da Amortização Programada e da Remuneração, o qual corresponderá ao período entre a data de emissão e o 14º (décimo quarto) mês contado da data de emissão (alterado pela 18º AGD de 27/09/2013).

Data de Vencimento: 48 (quarenta e oito) meses contados da Data de Emissão, ou seja, no dia 27 de julho de 2016.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Amortização Programada das Debêntures: a amortização programada das Debêntures será realizada mensalmente, juntamente com o pagamento da remuneração, nas datas e nos percentuais aduzidos na escritura de emissão, devendo os percentuais das amortizações programadas serem aplicados sempre sobre o valor nominal unitário atualizado existente após o evento de incorporação da atualização monetária, calculada na data de amortização programada.

Até 31 de março de 2016, haviam sido subscritas 8.634 debêntures, cujo saldo contábil atualizado registrado no passivo é de R\$ 117.642.

Conforme deliberação da 22ª Assembleia Geral de Debenturistas da 5ª emissão, realizada em 16 de abril de 2014, a totalidade dos debenturistas deliberou pelo vencimento antecipado da operação. Em virtude desta decisão, os valores foram reclassificados para o passivo circulante.

NOTA 18 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Parcelamento Especial Lei 11.941/09 (a)	372.517	364.775	421.669	412.971
ICMS a recolher/Parcelamentos	35.085	34.474	44.838	44.216
INSS a recolher/Parcelamentos	3.695	3.623	21.226	20.858
PIS/COFINS Diferidos	518	518	11.993	12.394
ISS a recolher/Parcelamentos	6.990	6.910	18.430	18.708
PIS/COFINS a recolher/Parcelamentos	6.396	5.749	34.542	32.950
Impostos e Contribuições retidos na fonte	-	-	3.440	3.501
Parcelamento Refis lei 12.996/14 (b)	37.102	41.070	181.447	181.850
Outros	6.959	6.882	17.549	15.722
	469.262	464.001	755.134	743.170
Circulante	216.022	207.949	308.953	297.548
Não Circulante	253.240	256.052	446.181	445.622

a) Refere-se aos valores remanescentes dos parcelamentos solicitados através da Lei nº 11.941, de 2009, conforme artigo 1º demais débitos no âmbito da Receita Federal do Brasil. Os demais parcelamentos que estavam consolidados de acordo com a Lei nº 11.941 foram transferidos para os parcelamentos previstos na Lei nº 12.996/2014.

O valor de R\$ 421.669, referente ao total dos débitos inclusos no Parcelamento Especial da Lei 11.941/09 está composto pelas Companhias:

EMPRESAS	VALOR (R\$ mil)
Inepar S.A. Indústria e Construções	372.517
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	35.670
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	13.482
TOTAL	421.669

b) Em 25/08/2014, a empresa com base na Lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014, solicitou os parcelamentos dos débitos junto a PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional) e débitos junto a Receita Federal do Brasil nas modalidades de débitos previdenciários e demais débitos.

Os efeitos contábeis dos parcelamentos solicitados através da Lei nº 12.996, foram reconhecidos no exercício de 2015 tendo em vista que a empresa, por questões financeiras, não apresentou, em agosto de 2014, os recolhimentos das antecipações.

Para quitação das antecipações de até 20% previstas no Programa Refis da Lei 12.996, em 27 de julho de 2015 a Inepar obteve decisão judicial favorável quanto à utilização de créditos depositados judicialmente pela empresa AHI (Andritz Hidro Inepar).

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A consolidação dos débitos tributários no âmbito da Receita Federal do Brasil foi efetuada em setembro de 2015, conforme instruções da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1064 de 30 de julho de 2015 e os demais débitos previdenciários ainda serão consolidados. Para liquidação dos juros e multas foram utilizados créditos com base no prejuízo fiscal e base negativa de CSLL nos montantes de R\$ 58.341 e R\$ 21.003 respectivamente.

O valor de R\$ 181.447, referente ao total dos débitos incluídos no Parcelamento Especial da Lei 12.996/14 está composto pelas Companhias:

EMPRESAS	VALOR (R\$ mil)
Inepar S.A. Indústria e Construções	37.102
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	113.973
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	30.372
TOTAL	181.447

NOTA 19 - PROVISÃO DE CUSTOS E ENCARGOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
ICMS s/Receitas	2.303	2.303	6.398	6.371
ISS s/Receitas	-	-	765	762
Custos a Incorrer	-	-	343.066	342.963
	2.303	2.303	350.229	350.096
Circulante	-	-	347.926	347.793
Não Circulante	2.303	2.303	2.303	2.303

Provisão de custos e encargos refere-se a etapas de serviços contratados que ainda não foram faturados pelos respectivos fornecedores. O valor de R\$ 343.066, no consolidado refere-se, principalmente, ao projeto de Charqueadas da controlada IESA Óleo & Gás – em recuperação judicial, cujo contrato encontra-se cancelado por parte da TUPI BV e cuja rescisão será discutida em processo de arbitragem internacional.

NOTA 20 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Adiantamentos ou sinais recebidos por conta de vendas de produtos ou serviços, deduzidos dos valores contabilizados em receitas pelo avanço físico, bem como o total dos faturamentos antecipados.

NOTA 21 - TÍTULOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Andritz Hydro S.A. (a)	3.768	3.677	3.768	3.677
Outros	1.093	1.093	1.232	1.232
	4.861	4.770	5.000	4.909
Circulante	3.170	3.170	3.309	3.309
Não Circulante	1.691	1.600	1.691	1.600

- a) Valores devidos à Andritz Hydro S.A.(nova razão social da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.), por conta da subscrição de 6.246.331 ações ordinárias efetuada em 04 de fevereiro de 2008, com vencimentos em 10 parcelas anuais, sendo que a primeira parcela foi liquidada em 31/12/2008 e as demais em 31/12/2009, 31/12/2010, 31/12/2011, 31/12/2012, 31/12/2013, 31/12/2014 e 31/12/2015.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 22 – IMPOSTOS DIFERIDOS

22.1 Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias ou até o limite do valor registrado de tributos diferidos passivos.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferidos durante o exercício são as seguintes:

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora							
	Tributos Diferidos Ativos			Tributos Diferidos Passivos				
	Prejuízos Fiscais e Base Negativa	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total	
Em 31 de dezembro de 2015	317	34.735	35.052	17.334	18.343	(625)	35.052	
Constituição dos Tributos	-	346	346	-	-	9	9	
Baixa dos Tributos	(317)	(307)	(624)	(154)	(133)	-	(287)	
Em 31 de março de 2016	-	34.774	34.774	17.180	18.210	(616)	34.774	
ANUAL								
Constituição dos Tributos	-	346	346	-	-	9	9	
Baixa dos Tributos	(317)	(307)	(624)	(154)	(133)	-	(287)	
Em 31 de março de 2016	-	34.774	34.774	17.180	18.210	(616)	34.774	

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Consolidado								
	Tributos Diferidos Ativos			Tributos Diferidos Passivos					
	Prejuízos Fiscais e Base Negativa	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Impostos s/ Lucros Estatais	Outros Impostos Diferidos	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total
Em 31 de dezembro de 2015	14.074	60.378	74.452	17.334	44.166	5.400	34.615	13.758	115.273
Constituição dos Tributos	20	346	366	-	-	39	-	317	356
Baixa dos Tributos	(613)	(458)	(1.071)	(154)	(440)	(4)	(389)	(28)	(1.015)
Em 31 de março de 2016	13.481	60.266	73.747	17.180	43.726	5.435	34.226	14.047	114.614
ANUAL									
Constituição dos Tributos	20	346	366	-	-	39	-	317	356
Baixa dos Tributos	(613)	(458)	(1.071)	(154)	(440)	(4)	(389)	(28)	(1.015)
Em 31 de março de 2016	13.481	60.266	73.747	17.180	43.726	5.435	34.226	14.047	114.614

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.2 Despesas com Tributos sobre o Lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Prejuízo Antes dos Tributos sobre o Lucro	(62.278)	(57.278)	(63.044)	(59.156)
IRPJ / CSLL Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
Total Tributos	-	-	(132)	-
Ajustes Apuração Alíquota Efetiva				
Adições/Exclusões	(14.899)	(13.616)	(15.786)	(15.995)
Prejuízo Fiscal	(164)	-	(216)	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	15.063	13.617	15.997	16.759
IRPJ / CSLL no Resultado	-	1	(137)	764
Tributos Correntes	132	132	299	372
Tributos Diferidos	(132)	(131)	(436)	392
Alíquota Efetiva	0,00%	0,00%	0,22%	-1,29%

NOTA 23 - PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e os valores relativos às operações envolvendo as empresas inclusas no processo de consolidação já se encontram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que se compensam.

Os principais saldos das operações estão assim demonstrados em 31 de março de 2016:

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante	
	Contas a Receber de		Mútuos	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	-	-	66.887	66.886
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	-	-	106.087	-
Inepar Administração e Participações S.A.	-	-	66.835	65.575
Inepar Telecomunicações S.A.	-	-	252	252
IESA - Óleo & Gás S.A.	-	-	183.491	183.491
Sadefem Equipamentos e Montagens S.A.	-	-	45.239	45.239
TT Brasil Estrutura Metálicas S.A.	-	-	1.925	1.925
IESA Transportes S.A.	-	-	48.962	48.962
Inepar Administração e Participações S.A. - Saldo RJ	-	-	2.146	2.146
Contas a Receber Empresas ligadas	-	-	4.619	4.585
Afac Inepar Innovida Latin America S.A.	-	-	6	6
Afac Inepar Innovida Participações S.A.	-	-	5.400	5.400
Afac Penta Participações S.A.	-	-	9.891	9.891
Afac Usina Hidrelétrica de Cubatão	-	-	646	646
			542.386	541.091
	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	Títulos a Pagar		Mútuos	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	-	-	41.158	32.969
IESA Óleo & Gás S.A.	-	-	61.980	61.827
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - Saldo RJ	-	-	270.085	270.085
Penta Participações e Investimentos Ltda	-	-	155.464	155.464
Demais Empresas	-	-	20	20
			528.707	520.365
	Resultado (Receitas)		Resultado (Despesas)	
	Receitas Financeiras		Despesas Financeiras	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	-	-	874	58
IESA Óleo & Gás S.A.	-	-	153	-
Penta Participações Ltda	-	2	-	-
		2	1.027	58

No valor de R\$ 542.386, lançado no ativo não circulante estão inclusos os seguintes itens:

- Valor de R\$ 427.741 referentes aos passivos das empresas controladas e ligadas cujas dívidas foram convertidas em debêntures perpétuas e ou ações emitidas e ou a emitir pela Inepar.
- Valor de R\$ 81.274 referentes aos créditos fiscais recebidos da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A, que foram transferidos para a Inepar quando da venda da participação acionária da AHI realizada neste exercício. Estes créditos foram transferidos para as demais empresas do Grupo Inepar para serem utilizados na liquidação da parcela inicial de até 20% prevista no programa Refis Lei 12.996/2014.
- Valor de R\$ 15.943 referentes aos valores registrados em contas de AFAC.
- Valor de R\$ 17.428 referentes a operações diversas.

Mútuos: a tabela a seguir, apresenta a movimentação de Mútuos com empresas controladas, coligadas e da controladora, e demonstra a variação monetária líquida dos saldos de contratos remanescentes. As taxas utilizadas nos contratos de mútuo são pré-fixadas e refletem o custo de captação de recursos no mercado. O saldo é exigível a qualquer tempo para as Companhias controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial e IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo 31/12/2015	Adições/ Baixas	Variação Monetária	Saldo 31/03/2016
ATIVO				
Empresas				
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	66.886	1	-	66.887
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	106.087	-	-	106.087
Inepar Administração e Participações S.A.	65.575	1.260	-	66.835
Inepar Telecomunicações S.A.	252	-	-	252
IESA - Óleo & Gás S.A.	183.491	-	-	183.491
Sadefem Equipamentos e Montagens S.A.	45.239	-	-	45.239
TT Brasil Estrutura Metálicas S.A.	1.925	-	-	1.925
IESA Transportes S.A.	48.962	-	-	48.962
Inepar Administração e Participações S.A. - Saldo RJ	2.146	-	-	2.146
Contas a Receber Empresas ligadas	4.585	34	-	4.619
AFAC - Inepar Innovida Latin America S.A.	6	-	-	6
AFAC - Inepar Innovida Participações S.A.	5.400	-	-	5.400
AFAC - Penta Participações Ltda.	9.891	-	-	9.891
AFAC - Usina Hidrelétrica de Cubatão	646	-	-	646
	541.091	1.295	-	542.386
PASSIVO				
IESA - Óleo & Gás S.A (a)	61.827	-	153	61.980
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. (b)	32.969	7.315	874	41.158
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. (c)	270.085	-	-	270.085
Penta Participações e Investimentos Ltda (d)	155.464	-	-	155.464
Demais Empresas	20	-	-	20
	520.365	7.315	1.027	528.707

- Refere-se aos valores a pagar decorrentes da compra de 86.659 ações ordinárias da Companhia Brasileira de Diques pela Inepar Administração e Participações S.A. – em Recuperação Judicial, cujo crédito foi transferido para a Inepar S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial.
- Refere-se, principalmente, aos recebíveis registrados na controlada Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A que foram envolvidos na negociação da venda da participação da Inepar na Andritz.
- Refere-se à transferência de direitos sobre ativos financeiros utilizados pela Companhia para liquidação da alienação de 50% da participação na Companhia Brasileira de Diques.
- Refere-se, principalmente, ao valor do investimento nas Centrais Elétricas Matogrossense S.A.-CEMAT alienado pela controlada Penta a favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, pelo valor de R\$ 151.792, conforme decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através do processo nº 1010111-27.2014.8.26.0037. Este valor foi utilizado para amortização de parte da dívida da Inepar junto ao BNDES.

NOTA 24 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. Para estes processos, a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída para os processos cuja perda é considerada como provável é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/03/2016		31/12/2015	
	CONTROLADORA		CONTROLADORA	
	Possível	Provável	Possível	Provável
Trabalhistas	-	27.270	-	27.270
Tributárias	359.384	37.428	359.384	37.428
Cíveis	62.960	3.799	62.960	3.799
	422.344	68.497	422.344	68.497

Trabalhistas – reclamationárias trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, os riscos contingentes totais montam em R\$ 27.270 e a provisão constituída considera uma redução deste valor com base em um histórico de acordos e trabalho técnico-jurídico desenvolvido nas ações.

Tributárias – representadas basicamente por autuações estaduais e federais e pedidos de restituição ou compensação de tributos, que se encontra em processo de julgamento.

Cíveis – na maior parte compostas por ações de execução, cobrança e indenização.

Contrato com a Tupi BV / Petrobras

O contrato assinado entre a Iesa Óleo & Gas S.A. – em recuperação a Tupi B.V (“TUPI”) em 26 de julho de 2012, com aditivos posteriores, para realizar a construção de unidades de FPSOs (Floating Production Storage and Offloading), que são grandes equipamentos flutuantes utilizados na produção, estocagem e transferência de petróleo, foi rescindido unilateralmente pela Tupi B.V., Conforme previsto em cláusula contratual, será instaurado processo de arbitragem internacional para apuração dos valores definitivos decorrentes dessa rescisão unilateral, abrangendo, principalmente, registros de contas a receber, adiantamentos a fornecedores, estoques, provisão para custos a incorrer.

NOTA 25 – PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO

Refere-se à provisão do passivo á descoberto no montante total R\$ 436.227 para as controladas IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A – em Recuperação Judicial e Inepar Innovida Participações S.A.

NOTA 26 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Consbem Construções e Comércio Ltda	-	-	2.508	2.508
Gastos com despesas aduaneiras	-	-	3.509	3.129
Delft Administração e Participações S.A	-	-	3.262	3.168
Obrigações imóvel Macaé	3.000	3.000	3.000	3.000
Provisões diversas	9.842	9.842	12.852	12.777
Triunfo Iesa Infra-Estrutura S.A.	-	-	4.249	4.182
RTT Participações S.A.	-	-	4.379	4.379
Participações nos lucros propostos	-	-	3.485	3.485
Bressa Participações S.A.	-	-	9.069	5.710
Gesempre Gestão Empresarial S.A.	-	-	27.978	20.884
Outras contas a pagar (a)	44.879	44.835	52.299	52.220
Swiss Re Corporate (b)	21.823	23.773	21.823	23.773
Andritz Hydro S.A. (c)	64.985	68.595	64.985	68.595
	144.529	150.045	213.398	207.810
Circulante	130.506	134.072	193.438	185.894
Não circulante	14.023	15.973	19.960	21.916

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Refere-se, principalmente, ao registro das obrigações constituídas para atender aos acordos efetuados através do Plano de Recuperação Judicial.
- b) Refere-se ao acordo assinado com a Itiquira Energética S.A, através da empresa Swiss Re Corporate Brasil Seguros, para o encerramento do litígio entre Itiquira e Inepar, objeto da execução nº 0135394-63.2006.8.26.0100, em trâmite na 34ª vara cível do fórum central da capital.
- c) Refere-se ao saldo a pagar para Andritz Hydro S.A. por conta da transferência de créditos tributários que estão sendo utilizado pela Inepar para liquidação da parcela inicial de até 20% do Programa REFIS da Lei nº 12.996/2014. Este valor será liquidado em 60 parcelas mensais.

NOTA 27 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social integralizado é de R\$ 407.299, formado por 86.123.467 ações ordinárias e 63.136.159 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito ao voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do art. 17 da Lei n.º 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei n.º 10.303/01. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art.202 da Lei n.º 6.404/76.

b) Reserva de Capital

As Reservas de Capital apresentam o saldo de R\$ 155.272 e está assim composta:

- Conforme a 84ª AGE, de 25 de novembro de 2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$ 83.978, mediante a emissão particular de 23.732.367 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$ 4.271 e R\$ 79.707 para a formação de reserva de capital.

- Conforme a 85ª AGE, de 28 de dezembro de 2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$ 79.614, mediante a emissão particular de 22.499.035 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$ 4.049 e R\$ 75.565 para a formação de reserva de capital.

c) Reserva de Reavaliação

Ativos Próprios – constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes.

Sociedades Controladas e Coligadas – composta pelo reflexo da reavaliação do investimento na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. e pelas reavaliações de bens dos ativos imobilizados contabilizados pelas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial e IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial, com base em laudos firmados por peritos avaliadores independentes.

A realização da reserva, proporcional à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados ou quando ocorre a sua alienação, é integralmente transferida para lucros acumulados.

A Companhia decidiu pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliações constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, tendo em vista que os valores contábeis estão inferiores aos de mercado, até a sua efetiva realização.

d) Debêntures Perpétuas

As debêntures perpétuas apresentam o saldo de R\$ 247.861 e estão assim compostos:

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Conforme a 84ª AGE, de 25 de novembro de 2015, foram autorizadas a 6ª e 7ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$ 1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 167.234 para a 6ª emissão e de R\$ 66.433 para a 7ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor.

- Conforme a 85ª AGE, de 28 de dezembro de 2015, foram autorizadas a 8ª e 9ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$ 1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 10.268 para a 8ª emissão e de R 3.926 para a 9ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor.

e) Créditos quirografários a converter

Com base no parecer dos nossos consultores jurídicos efetuamos a reclassificação, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 217.780. Estes créditos ainda não foram convertidos em função de divergências de valores que estão sendo discutidos com os credores. Os valores nesta rubrica foram registrados com base na melhor estimativa da Companhia.

f) Ajustes de avaliação patrimonial

A rubrica de ajuste de avaliação patrimonial apresenta o saldo de R\$ 802.292, sendo que neste valor está incluído o montante de R\$ 727.651, referente aos ganhos nas conversões dos passivos quirografários em debêntures perpétuas da 7ª e 9ª emissão, cujas conversões foram efetuadas de acordo com a escritura desta emissão.

Estes ganhos foram classificados no patrimônio líquido com base em parecer contábil do Professor Eliseu Martins, onde está entendido que as debêntures devem ser consideradas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que as mesmas não geram a obrigação da companhia de entregar caixa ou outro instrumento financeiro.

g) Destinação do Lucro

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

NOTA 28 – RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
		REAPRESENTADO
Numerador		
Resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia		
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(27.802)	(36.380)
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(34.476)	(20.897)
	<u>(62.278)</u>	<u>(57.277)</u>
Denominador (em milhares de ações)		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	63.136	63.136
Quantidade de ações ordinárias emitidas	86.124	39.892
Total	<u>149.260</u>	<u>103.028</u>
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)		
Ação preferencial	(0,440)	(0,576)
Ação ordinária	(0,400)	(0,524)

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 29 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
	REAPRESENTADO		REAPRESENTADO	
Vendas Mercado Interno	-	11.106	19.167	81.257
Vendas Mercado Externo	-	-	379	2.168
(-) Devoluções e Abatimentos	-	-	(369)	(1.221)
(-) Impostos sobre as Vendas	-	(404)	(2.296)	(8.330)
Receita de Vendas	-	10.702	16.881	73.874

NOTA 30 – DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
	REAPRESENTADO		REAPRESENTADO	
Despesas Financeiras				
Juros sobre impostos e contribuições	(5.488)	(3.774)	(14.650)	(13.544)
Juros / despesas bancárias	(11.257)	(9.757)	(20.781)	(15.761)
Atualizações de Mútuos Passivos	(1.027)	(58)	(673)	(875)
Variação monetária passiva	(92)	(6.701)	(110)	(6.725)
Outras despesas financeiras	-	-	(4.047)	(3.519)
Variações cambiais	(39)	-	(1.462)	(5.538)
	(17.903)	(20.290)	(41.723)	(45.962)
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	-	310	530	681
Receitas atualização debêntures	551	367	551	367
Juros auferidos	16	18	307	146
Variações monetárias ativas	-	33	301	331
Atualizações de Mútuos Ativos	-	2	587	493
Outras receitas financeiras	20	-	639	75
Variações cambiais	11	45	5.407	460
	598	775	8.322	2.553
	(17.305)	(19.515)	(33.401)	(43.409)

NOTA 31 - COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos sinistros com bens do ativo permanente e dos estoques.

As máquinas, equipamentos e demais ativos da Companhia estão segurados através da apólice de seguro compreensivo empresarial contratado junto a Seguradora.

A referida apólice possui cobertura de seguro contra incêndio e riscos diversos para todos os ativos que fazem parte da unidade industrial de Araraquara – SP, atualmente utilizada pela IESA. Os estudos para determinação dos montantes e riscos para cobertura foram avaliados por especialistas independentes. A Administração considera que o montante de cobertura de seguro é suficiente para cobrir eventuais sinistros em seus equipamentos.

Para redução dos riscos relacionados ao não cumprimento do desempenho contratado pelos clientes, a Companhia adquiriu “seguros performance”, que garantem o ressarcimento de até R\$ 111.098 de eventuais multas contratuais.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Principais coberturas/limites máximos de indenização validos para todos os ativos da unidade de Araraquara-SP, onde se encontram as máquinas e equipamentos.

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Seguro Compreensivo	Edifícios, Instalações, Maquinismos, Móveis, Utensílios, Mercadorias e Matérias-primas	174.000	De 10/10/2015 a 10/10/2016

Limite máximo de garantia da apólice R\$ 174.000

NOTA 32 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
	REAPRESENTADO		REAPRESENTADO	
Salários	483	667	15.809	24.363
Gastos Previdenciários	291	366	3.445	4.011
Participação nos resultados	-	28	-	28
Total	774	1.061	19.254	28.402
Número de Empregados	65	70	1.588	1.986

NOTA 33 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e de suas controladas, foi atribuída à remuneração dos administradores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
	REAPRESENTADO		REAPRESENTADO	
Remuneração Conselho	445	199	456	208
Remuneração de Diretores	337	486	1.286	2.826
Total	782	685	1.742	3.034

NOTA 34 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

Consolidado Em 31 março de 2016	Geração & Equipamentos	Construção & Montagens	Compensação Reativa	leso- Oleo&Gás	Total
Receita bruta total	12.507	80	5.507	1.453	19.547
Impostos/Deduções	(1.125)	-	(909)	(632)	(2.666)
Custos dos Produtos e Serviços	(22.663)	(21)	(3.566)	(1.782)	(28.032)
Margem Bruta	(11.281)	59	1.032	(961)	(11.151)

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 35 – AJUSTE A VALOR PRESENTE

	Controladora	
Circulante	31/03/2016	31/12/2015
Clientes	21.799	21.752
Ajuste Valor Presente sobre Clientes	(17)	(89)
Saldo Clientes e Outros Créditos a Receber	21.782	21.663
Fornecedores	20.318	19.277
Ajuste Valor Presente sobre Fornecedores	(14)	(120)
Saldo de Fornecedores	20.304	19.157

	Controladora	
Demonstração do Resultado	31/03/2016	31/03/2015
Resultado antes dos efeitos do Ajuste a Valor Presente	(62.278)	(57.277)
		REAPRESENTADO
Receita Bruta – Ajuste	(17)	(24)
Custo dos Produtos Vendidos - Ajuste	14	20
Receitas Financeiras		
. Ajuste Valor Presente sobre Clientes	13	24
Despesas Financeiras		
. Ajuste Valor Presente sobre Fornecedores	(6)	(18)
Ajuste dos Impostos Diferidos		
. Constituição do Ajuste	1	1
. Realização do Ajuste	2	(2)
Resultado após os efeitos do Ajuste a Valor Presente	(62.271)	(57.276)

NOTA 36 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2016, foram aprovados os seguintes itens:

- a) Grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia, representadas por **149.259.626** (cento e quarenta e nove milhões, duzentas e cinquenta e nove mil, seiscentas e vinte e seis) ações escriturais nominativas, sendo **86.123.467** (oitenta e seis milhões, cento e vinte e três mil, quatrocentas e sessenta e sete) ações ordinárias com direito a voto e **63.136.159** (sessenta e três milhões, cento e trinta e seis mil, cento e cinquenta e nove) ações preferenciais, sem direito a voto, indivisíveis em relação ao capital e sem valor nominal, na proporção de 20 (vinte) ações atuais para 1(uma) ação da mesma espécie e classe, permanecendo inalterado o valor do capital social e a respectiva participação proporcional dos acionistas, bem como os direitos conferidos pelas ações de emissão da Companhia a seus titulares.
- (a) Alteração do limite do capital autorizado da Companhia, em decorrência do grupamento das ações constantes do item anterior.
- (b) Transferência da sede social da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Jurupis nº 455 - 10º Andar, Bairro Moema, CEP 04.088-001, para a cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, Conjunto. 1101, 11º Andar, Centro, Cep. 80410-180, bem como constituir uma filial da Companhia no endereço de sua sede anterior.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DIRETORIA EXECUTIVA:

Warley Isaac Noboa Pimentel – Diretor Presidente

Ricardo Woitowicz – Diretor Comercial

Irajá Galliano Andrade – Diretor de Relações com Investidores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Atilano de Oms Sobrinho

Di Marco Pozzo

Valdir Lima Carreiro

Cesar Romeu Fiedler

Irajá Galliano Andrade

Jauneval de Oms

Carlos Alberto Del Claro Gloger

Marcelo Alves Varejão

CONTADOR: Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Inepar S.A. Indústria e Construções - em recuperação judicial
São Paulo - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da **Inepar S.A. Indústria e Construções - em recuperação judicial**, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

i) Recuperação judicial - continuidade das operações

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, a Inepar S.A. Indústria e Construções - em recuperação judicial encontra-se em recuperação judicial desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado pela Companhia foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Os efeitos das conversões das dívidas quirografárias, inclusive das empresas ligadas, em ações e debêntures perpétuas da Inepar S.A. Indústria e Construções - em recuperação judicial foram refletidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2015. As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, as quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de atividades. A Companhia apresentou, em 31 de março de 2016, prejuízo no trimestre de R\$ 62.278 mil, passivo à descoberto de R\$ 398.224 mil e passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$ 522.362 mil. A efetiva execução do plano de recuperação aprovado definirá a perspectiva da Companhia fazer face aos seus compromissos e dar continuidade normal às suas operações. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

ii) Cancelamento de contrato de fornecimento pela empresa controlada IESA Óleo e Gás S.A. - em recuperação judicial para o cliente Tupi BV / Petrobras

Conforme descrito na nota explicativa nº 24 às informações contábeis intermediárias, o contrato de fornecimento de grandes equipamentos flutuantes para produção, estocagem e transferência de petróleo, pela empresa controlada indireta IESA Óleo e Gás S.A. - em recuperação judicial, para o cliente Tupi BV, empresa do Grupo Petrobras, foi rescindido unilateralmente pelo cliente. Conforme previsto em cláusula contratual, será instaurado processo de arbitragem internacional para apuração dos valores definitivos decorrentes dessa rescisão unilateral, abrangendo, principalmente, valores registrados nas rubricas de contas a receber, adiantamentos a fornecedores, estoques e provisão para custos a incorrer. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

- iii) Mútuo a receber de pessoa ligada - Sadefem Equipamentos e Montagens S.A. - em recuperação judicial

Conforme descrito na nota explicativa nº 23 às informações contábeis intermediárias, em 31 de março de 2016 encontram-se registrados, no grupo de Partes Relacionadas, no Ativo Não Circulante, R\$ 45.239 mil nas informações contábeis intermediárias individuais e R\$ 176.266 nas informações contábeis intermediárias consolidadas, referentes à mútuos a receber da sociedade Sadefem Equipamentos e Montagens S.A. - em recuperação judicial. A realização destes saldos está vinculada a execução do plano de recuperação judicial aprovado pelos credores e homologado judicialmente, de maneira a viabilizar a continuidade das operações por parte da administração da pessoa ligada. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

- iv) Debêntures a receber da Ibrafem Estruturas Metálicas

Conforme descrito na nota explicativa nº 8 às informações contábeis intermediárias, a Companhia mantém registrados saldos a receber de R\$ 13.622 mil nas informações contábeis intermediárias individuais e R\$ 72.815 mil nas informações contábeis intermediárias consolidadas, referentes a debêntures não conversíveis emitidas pela Ibrafem Estruturas Metálicas S.A. que, por sua vez, tem como principal ativo a participação no capital social da Sadefem Equipamentos e Montagens S.A.- em recuperação judicial. A realização desse saldo a receber de debêntures está vinculada a execução do plano de recuperação judicial aprovado pelos credores e homologado judicialmente, de maneira a viabilizar a continuidade das operações por parte da administração da pessoa ligada. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

- v) Reapresentação das informações contábeis intermediárias relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2015

Conforme descrito na nota explicativa nº 4, as informações contábeis intermediárias relativas ao trimestre findo 31 de março de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentados, como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e na NBC TG 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, estornando a reversão realizada de forma inadequada no exercício de 2013 de passivos incluídos no Refis (Lei nº 12.865/13 de 09 de outubro de 2013) que não estavam em consonância com a referida Lei, bem como reconhecendo como despesa financeira os juros incorridos no exercício de 2014 sobre os passivos revertidos em 2013. Revisamos e concordamos com esse ajuste.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao período e exercício anteriores

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e ao trimestre findo em 31 de março de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatórios, datados, respectivamente, de 29 de abril de 2016 e 25 de junho de 2015.

O relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015 não conteve nenhuma modificação, mas conteve parágrafos de ênfase sobre i) Recuperação Judicial - continuidade das operações; ii) Cancelamento de contrato de fornecimento pela controlada IESA Óleo e Gás S.A. - em recuperação judicial para o cliente Tupi BV / Petrobrás; iii) Mútuo a receber da pessoa ligada Sadefem Equipamentos e Montagens S.A. - em recuperação judicial; iv) Debêntures a receber da Ibrafem Estruturas Metálicas que, por sua vez, tem como principal ativo a participação no capital social da Sadefem Equipamentos e Montagens S.A.- em recuperação judicial; v) Reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014 em função da correção de erro sobre saldo de tributos parcelados.

O relatório de revisão sobre as informações trimestrais de 31 de março de 2015 conteve uma ressalva sobre erro no saldo de tributos parcelados e parágrafos de ênfase sobre i) Recuperação judicial - continuidade das operações; ii) Mútuo a receber da pessoa ligada Sadefem Equipamentos e Montagens S.A. - em recuperação judicial; iii) Debêntures a receber da Ibrafem Estruturas Metálicas que, por sua vez, tem como principal ativo a participação no capital social da Sadefem Equipamentos e Montagens S.A.- em recuperação judicial; iv) Reapresentação das informações trimestrais de 31 de março de 2014 referente a correção de erro sobre saldo a pagar de debêntures; v) Integralização de capital na controlada em conjunto Andritz Hydro Inepar. A seguir, reproduzimos a ressalva sobre o erro no saldo de tributos parcelados:

“Parcelamento de impostos e contribuições a recolher

Conforme descrito na nota explicativa nº 18 às informações contábeis intermediárias, a Companhia e suas controladas, através da Lei de reabertura do Refis (Lei nº 12.865/13 de 09 de outubro de 2013), solicitaram inclusão de seus débitos previdenciários, impostos e contribuições federais consolidados junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil. A consolidação de débitos foi efetuada com apoio de consultores jurídicos especializados e resultou na reversão, nas demonstrações contábeis do exercício de 2013, de valores anteriormente registrados nos passivos circulante e não circulante, no montante de R\$ 277.450 mil nas demonstrações contábeis individuais e de R\$ 346.925 mil nas demonstrações contábeis consolidadas. No entanto, os débitos inclusos no parcelamento não estavam em consonância com o determinado pela referida Lei e a reversão de passivos foi efetuada de forma inadequada.

Também conforme descrito na nota explicativa nº 18 às informações contábeis intermediárias, a Companhia e suas controladas, em 25/08/2014, com base na Lei nº 12.996/14, de 18 de junho de 2014, solicitaram a migração dos débitos anteriormente parcelados através da Lei nº 12.865 para os parcelamentos instituídos pela Lei nº 12.996/14. No entanto, essa adesão ainda não foi homologada pela Secretaria da Receita Federal, em função de estar sendo pleiteada judicialmente a utilização de créditos para a liquidação da parcela inicial estipulada pela Lei nº 12.996/14, correspondente a 20% do valor devido. Os eventuais efeitos decorrentes deste novo parcelamento não estão refletidos nas informações contábeis intermediárias.”

A referida ressalva foi resolvida mediante a reapresentação da demonstração do resultado e da demonstração dos fluxos de caixa do 1º trimestre de 2015 apresentados para fins comparativos nas informações trimestrais de 31 de março de 2016, conforme mencionado no item v) do tópico Ênfases deste relatório.

São Paulo, 3 de junho de 2016.